

CAPÍTULO 3

Indicadores
Socioeconômicos
e Perspectivas do
Estado da Bahia



3. Indicadores Socioeconômicos e Perspectivas do Estado da Bahia

O Governo da Bahia, em 2016, atravessou um cenário econômico adverso, mas manteve o equilíbrio fiscal, assegurando a continuidade dos investimentos, principalmente em infraestrutura e na área social. Na área financeira, monitorou a qualidade do gasto público e atuou no sentido de tornar o fisco mais eficiente no combate à sonegação.

Em meio a um cenário de crise fiscal, a Bahia ainda conseguiu atingir metas positivas com intuito de obter novos investimentos e a retomada do crescimento econômico. O empenho do governo em priorizar grandes obras de mobilidade urbana, a exemplo da construção do metrô e das vias estruturantes em Salvador, demonstra um esforço significativo, no sentido de preservar o investimento público e, com isso, proporcionar maior desenvolvimento, integração espacial e qualidade de vida à população.

Outro foco foi manter parcerias com o setor privado para que obras de infraestrutura e logística na Bahia pudessem avançar, sem deixar de garantir estabilidade e segurança aos investidores. Isso se reflete no alinhamento das obras da Ferrovia de Integração Oeste Leste – FIOL e o Porto Sul, que irão receber mais investimentos para retomarem a sua implantação.

3.1 CENÁRIO INTERNACIONAL – IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA

No plano internacional, os efeitos da crise financeira de 2008 ainda persistem sobre a economia mundial, retardando a plena retomada das atividades econômicas

nas economias avançadas. De acordo com o relatório de inflação do Banco Central do Brasil – BACEN, a economia global “permaneceu frágil e heterogênea” durante o segundo trimestre de 2016. O baixo ritmo de crescimento econômico e os riscos deflacionários das economias desenvolvidas, notadamente dos Estados Unidos – EUA, Zona do Euro e Japão, são ainda os principais sinais de incerteza do cenário internacional. Com isso, os bancos centrais dessas economias mantiveram as políticas de estímulos monetários com juros reduzidos e compra massiva de títulos públicos.

O Fundo Monetário Internacional – FMI, através de seu World Economic Outlook, projeta crescimento econômico global a uma taxa de 3,1% em 2016. As economias avançadas têm previsão de alta de 1,6%. Para as economias emergentes e em desenvolvimento, o crescimento esperado é de 4,2%. Entre as últimas, China e Índia apresentaram perspectivas de elevação do Produto Interno Bruto – PIB de 6,6% e 7,6%, respectivamente. Por outro lado, para a região da América Latina e Caribe, a atividade econômica deve sofrer retração de 0,6%, sendo que para o Brasil o Fundo estima recuo de 3,3%.

Nos EUA, o Comitê Federal de Mercado Aberto – FOMC do Federal Reserve – Fed, em sua reunião de novembro, manteve a taxa de juros de curto prazo entre

0,25% e 0,5% a.a., fixadas desde dezembro do ano passado. A instituição sinaliza para um possível aumento da meta da taxa de juros dos fundos federais, desde que os futuros indicadores da economia americana apontem para uma trajetória em direção ao pleno emprego e à taxa de inflação de 2,0%, perseguida no longo prazo. Apesar do lento ritmo de recuperação desde a Grande Recessão de 2008, a economia americana vem dando sinais positivos, de acordo com o Bureau de Análise Econômica, do Departamento de Comércio: após o modesto crescimento de 0,8% no primeiro trimestre, no segundo e terceiro trimestres do ano o crescimento foi de 1,4% e 2,9%, respectivamente, na comparação com o mesmo período de 2015. Além de importante motor da economia mundial, as expectativas sobre o futuro da política monetária nos EUA e seus efeitos, sobre a liquidez internacional, são aguardadas com bastante ansiedade pelas economias emergentes e em desenvolvimento.

Na Europa persistem as preocupações com a deflação e a baixa capacidade de reação das economias da região frente aos efeitos duradouros da crise financeira internacional deflagrada em 2008. No terceiro trimestre, encerrado em setembro, o PIB da zona do euro cresceu a uma taxa anualizada de 1,6%, de acordo com a Eurostat, agência oficial de estatísticas da União Europeia. Ainda que se mantenha positivo, o ritmo de crescimento da região continua bastante modesto, insuficiente para gerar pressões inflacionárias significativas. A agência também divulgou, para o mesmo mês, uma taxa de desemprego em 10,0%, que, apesar da tendência de declínio, mantém-se em patamares elevados. Nesse contexto, o Banco Central Europeu – BCE decidiu pela manutenção da política monetária expansionista de compra de títulos de dívida pública e de taxa de juros próximo a zero, pelo menos até março de 2017. O chamado Brexit, a retirada do Reino Unido da zona do euro, após plebiscito, não provocou no curto prazo impactos negativos sobre a atividade econômica, entretanto o desdobramento desse processo ainda desperta fortes incertezas.

Para 2017, as projeções do FMI apontam baixo crescimento para as economias avançadas. Em média, os países desenvolvidos devem crescer 1,8%. Nos mercados emergentes, a instituição estima uma alta de 4,6%, tendo China (6,2%) e Índia (7,6%) como principais fontes de dinamismo. O crescimento esperado para o Brasil e a América Latina ficou, respectivamente, em 0,5% e 1,6%. Portanto, observa-se que uma saída definitiva da crise global e a retomada mais

robusta do crescimento mundial, com impactos substantivos sobre os preços das *commodities* dos quais dependem a maioria das economias não desenvolvidas do planeta, persistem como um horizonte indefinido.

A economia brasileira encontra-se num ciclo econômico recessivo, que se iniciou no terceiro trimestre de 2014, aprofundou-se em 2015 com queda de 3,8% do PIB e se manteve ao longo de 2016, em meio a um forte cenário de incertezas do ponto de vista econômico e político. Além da grave crise institucional, as políticas fiscais e creditícias aprofundaram a deterioração das condições macroeconômicas, retardando o processo de recuperação do crescimento econômico.

Entre os fatores que contribuíram para retardar a recuperação da atividade econômica, podem ser elencados: o elevado endividamento dos consumidores e das empresas; a alta ociosidade de capacidade produtiva da indústria; e as condições restritivas para oferta de crédito e juros reais em níveis elevados.

Entre os fatores que contribuíram para retardar a recuperação da atividade econômica, podem ser elencados: o elevado endividamento dos consumidores e das empresas; a alta ociosidade de capacidade produtiva da indústria; e as condições restritivas para oferta de crédito e juros reais em níveis elevados

O PIB nacional atingiu o valor corrente de R\$ 1,58 trilhão no terceiro trimestre do ano, o que representou uma contração de 2,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado do ano até setembro, a retração foi de 4,0%, já no acumulado dos últimos quatro trimestres, a atividade econômica recuou 4,4%. Na decomposição dos resultados, sob a ótica da oferta, o setor que apresentou maior contração foi o agropecuário, que reduziu seu valor adicionado em 6,0%, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, e de 6,9% no acumulado do ano. A indústria teve queda de 2,9% no terceiro trimestre e de 4,3% no acumulado do ano. Já o setor de serviços, apresentou recuo de 2,2% e 2,8%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

Pela análise da demanda interna, verificou-se que todos os seus componentes apresentaram resultado negativo na comparação com igual período do ano anterior. No terceiro trimestre de 2016, a despesa de consumo das famílias caiu 3,4%, resultado explicado pelo comportamento da inflação, do crédito e do nível de emprego e renda no período. A formação bruta de capital fixo sofreu contração de 8,4% no terceiro trimestre de 2016, sendo a décima queda consecutiva. O recuo deveu-se, principalmente, à queda das importações e da produção interna de bens de capital, sendo influenciado ainda pelo desempenho negativo do segmento da construção civil neste período. O consumo do governo, por sua vez, caiu 0,8% em relação ao terceiro trimestre de 2015. As exportações de bens e serviços registraram alta de 0,2%, enquanto as importações caíram 6,8%. A valorização de 8,5% na taxa de câmbio e o desempenho da atividade econômica, no período, influenciaram os resultados do setor externo.

No acumulado do ano, destacam-se as quedas de 11,6% na formação bruta de capital fixo, de 4,7% na despesa de consumo das famílias e 0,7% no consumo do governo. Por sua vez, as importações apresentaram queda de 13,1%, ao passo que as exportações apresentaram resultado favorável de 5,2%.

Outros indicadores do nível de atividade compõem o cenário recessivo da economia brasileira em 2016: a produção industrial registrou queda de 8,8%, no acumulado até setembro, e o volume de serviços teve resultado 4,5% inferior na mesma base de comparação. Comportamento semelhante foi observado no comércio varejista ampliado, com decréscimo de 9,2% no volume de vendas e de 0,6% da receita nominal. Os resultados refletem o comportamento dos segmentos de veículos, motos, partes, peças e material de construção, cujo volume de vendas caiu 14,6% e 12,0%, respectivamente.

No setor externo, a balança de transações correntes apresentou *déficit* de US\$ 16,9 bilhões de janeiro a outubro deste ano. No mesmo período do ano passado, o *déficit* havia sido de US\$ 53,4 bilhões. No acumulado dos 12 meses, o *déficit* representa 1,25% do PIB, enquanto foi de 4,0% em 2015, denotando um forte ajuste do setor externo da economia. O dado positivo é o *superávit* da balança comercial, calculado em US\$ 43,3 bilhões no acumulado até novembro deste ano. O resultado é recorde para a série histórica do comércio exterior e reflete uma forte retração das importações, em função do ajuste recessivo da economia, e uma melhora da competitividade das exportações nacionais devido à desvalorização cambial dos últimos anos.

Diante do cenário macroeconômico, o Banco Central do Brasil – BACEN iniciou um processo de “flexibilização monetária”, com queda gradual da taxa Selic. Na reunião de novembro, última realizada em 2016, o Comitê de Política Monetária – COPOM definiu a meta da taxa básica de juros da economia em 13,75% ao ano. Na avaliação da instituição, o ritmo de desinflação dos preços domésticos, assim como a volatilidade financeira internacional, justificariam cautela ao processo de afrouxamento da política monetária.

Um dado positivo tem sido o arrefecimento da aceleração inflacionária ao longo do ano, ocorrido pela diluição dos choques provocados pelo reajuste de preços administrados em 2015, e pela alta dos preços de alimentos afetados pela estiagem. Outro fator relevante para a desinflação é o fraco desempenho da atividade econômica, evidenciado pela alta capacidade ociosa da economia e elevada taxa de desocupação da força de trabalho. O Banco Central projeta cenário de referência com inflação em torno de 6,6% no ano corrente e de 4,4% em 2017.

No terceiro trimestre de 2016, a taxa de desocupação alcançou o nível de 11,8% e o estoque de desocupados chegou a 12,0 milhões, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua/IBGE. O número de ocupações reduziu em 2,3 milhões em relação ao total existente no mesmo trimestre de 2015. Ainda sobre o mercado de trabalho nacional, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED apontaram extinção de 858.333 postos de trabalho no País, de janeiro a novembro de 2016. Setorialmente, o comércio e a construção civil lideraram a queda do emprego formal em âmbito nacional, apresentando saldo negativo de 276.092 e 231.593, respectivamente. Já os setores de Agropecuária (35.418 postos) e Administração Pública (11.077 postos), foram os únicos a apresentar saldos positivos no período.

No tocante à política fiscal, o governo federal aposta no Projeto de Emenda Constitucional – PEC aprovado pelo Congresso Nacional, cujo objetivo é fixar limites para o crescimento das despesas orçamentárias da União, nos próximos 20 anos. A perspectiva é de que o congelamento, em termos reais, das despesas federais torne a trajetória de crescimento da dívida pública sustentável no longo prazo, o que faria aumentar a confiança de investidores nacionais e estrangeiros na economia brasileira. Além disso, é preocupante o efeito desse ajuste das despesas públicas sobre a recuperação da atividade econômica, haja vista o papel dos efeitos multiplicadores dos gastos públicos, em especial do investimento, sobre a economia nacional.

No acumulado do ano, até outubro, o *déficit* primário do setor público foi de R\$ 45,9 bilhões, sendo que nos últimos 12 meses a cifra alcançou R\$ 137,2 bilhões, representando 2,2% do PIB. A dívida líquida do setor público atingiu R\$ 2,72 trilhões, 44,2% do PIB em outubro; já a dívida bruta do governo geral foi de R\$ 4,33 trilhões, cerca de 70,3% do PIB.

Em resumo, as estatísticas oficiais disponíveis não permitem vislumbrar o retorno do crescimento econômico no curto prazo. A resistência dos empresários em investir, expresso na forte queda da formação bruta de capital fixo associada ao custo elevado do crédito e ao processo de desalavancagem financeira dos setores público e privado, põem em xeque a capacidade de recuperação imediata da economia. No entanto, com a base de comparação já bastante deprimida, as projeções apontam para uma taxa positiva de crescimento do PIB, em 2017, ainda que não deva ser maior do que 1,0%.

Com a base de comparação já bastante deprimida, as projeções apontam para uma taxa positiva de crescimento do PIB, em 2017, ainda que não deva ser maior do que 1,0%.

3.2 ECONOMIA BAIANA

Indicadores Econômicos

O ano de 2016, como se vê, ficou marcado pela grave crise econômica no país, que se refletiu na retração do nível de atividade com efeitos desestabilizadores sobre o mercado de trabalho e as finanças públicas. Assim, esse conhecimento dos desafios enfrentados pela economia mundial e nacional é fundamental para a análise do desempenho da economia baiana.

O PIB baiano apresentou novamente retração, neste ano, após declinar a uma taxa de 3,2% em 2015. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, a atividade econômica baiana caiu 5,1% (Tabela 1). O resultado reflete principalmente a queda no nível de atividade nacional. O cenário macroeconômico de inflação alta,

restrrição de crédito e aumento do desemprego afetou o consumo das famílias, consequentemente reduzindo as expectativas de crescimento do setor de serviços. A demanda contida e as taxas de juros elevadas também inibiram a produção industrial, especialmente a indústria da transformação e a construção civil. O setor agropecuário, por sua vez, apresentou desempenho ruim, influenciado principalmente pela longa estiagem.

TABELA 1	PRODUTO INTERNO BRUTO E VALOR ADICIONADO	Bahia, Jan.-Set./2016
	Atividade	%
	Agropecuária	-27,0
	Indústria	-5,9
	Indústria de transformação	-1,3
	Prod. e distrib. de eletr. e gás, água, esg. e limp. urbana	-7,6
	Extrativa mineral	-16,3
	Construção civil	-5,0
	Serviços	-2,4
	Comércio	-7,9
	Transportes	-8,1
	Atividade	%
	Aluguel	-7,2
	Administração pública (APU)	0,2
	Valor Adicionado básico	-5,1
	Imposto sobre o produto	-4,8
	PIB	-5,1

Fonte: SEI

Nota: Dados preliminares, sujeitos a revisão.

A queda do valor adicionado do setor foi de 27,0%, no acumulado de janeiro a setembro, contrastando com os resultados favoráveis que vinham sendo obtidos nos anos recentes. Além dos prejuízos provocados pela seca ao segmento da pecuária, o principal determinante para o resultado foi a forte queda generalizada da produção agrícola. A quebra de produção das principais lavouras do estado decorreu, principalmente, das altas temperaturas e da irregularidade na distribuição das chuvas verificadas de forma quase homogênea em todas as regiões do estado, atribuídas ao fenômeno climático do El Niño.

Atividade Agrícola

As lavouras baianas haviam gerado, em 2015, um valor bruto estimado em R\$ 17,2 bilhões, obtidos em 4,9 milhões de hectares colhidos, de acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, realizado pelo IBGE. A cifra representou um crescimento nominal de 6,5% em relação ao valor obtido em 2014. Com isso, o estado manteve a sétima posição no *ranking* da produção nacional, tendo participação de 6,4% em todo valor produzido pela agricultura nacional. Em relação ao Nordeste, a Bahia foi responsável por cerca de 50,0% da produção regional.

Em relação ao Nordeste, a Bahia foi responsável por cerca de 50,0% da produção regional.

O município de São Desidério, localizado no oeste do estado, no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande, liderou mais uma vez o *ranking* nacional dos municípios com o valor da ordem de R\$ 2,8 bilhões, produzido pelas suas atividades agrícolas. As culturas do algodão e da soja foram as principais responsáveis pelo desempenho, que superou em 23,2% o resultado do ano anterior. A produção algodoeira representou 52,9% do valor produzido, enquanto a soja, cuja produção física apresentou crescimento de 57,5% entre a safra 2014 e 2015, teve participação de 39,6%.

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA, realizado pelo IBGE, relativo ao mês de outubro, prevê retração da safra de grãos na Bahia da ordem de 35,0%, na comparação entre as safras de 2015 e 2016. Estima-se uma produção da ordem de 5,9 milhões de toneladas, numa área plantada de 3,1 milhões de hectares, 9,7% menor em relação a 2015. A área colhida, por sua vez, estimada em 2,9 milhões de hectares, ficou 11,1% menor que a de 2015. Dessa forma, a produtividade média da lavoura de grãos sofreu declínio de 26,9% com relação à safra anterior (Tabela 2).

A safra da soja, principal grão produzido no estado, recuou aproximadamente 30,0% em relação à safra anterior, alcançando 3,2 milhões de toneladas. A queda de rendimento da lavoura foi de 33,0% em razão das altas temperaturas e escassez de chuvas no oeste baiano, comprometendo o desenvolvimento e a qualidade do grão, sobretudo na área de produção não irrigada (sequeiro).

A safra da soja, principal grão produzido no estado, recuou aproximadamente 30,0% em relação à safra anterior, alcançando 3,2 milhões de toneladas. A queda de rendimento da lavoura foi de 33,0% em razão das altas temperaturas e escassez de chuvas no oeste baiano

O algodão acumulou perdas de 33,6% em relação à safra anterior. Sua produção presumida ficou em 795 mil toneladas, numa área de 257 mil hectares colhidos, 22,7% menor em relação a 2015.

A previsão para a safra de milho apontou um volume de 1,5 milhão de toneladas em 697 mil hectares, um declínio de 42,4%. A primeira safra, colhida entre maio e julho, foi a mais prejudicada pelas adversidades climáticas, totalizando 1,3 milhão de toneladas, o que apresenta uma queda de 37,2%. A segunda safra, colhida entre outubro e novembro, declinou 58,5% em comparação à safra anterior, alcançando 272 mil toneladas.

As duas safras anuais do feijão, um dos vilões da inflação este ano, totalizaram 171 mil toneladas, de acordo com as projeções do IBGE. As perdas acumuladas ficaram em torno de 60,0% em relação à safra do ano passado. O principal fator foi o forte recuo de área plantada (36,0%), totalizando 361 mil hectares. A safra de verão foi a mais atingida pela estiagem, com produção de 85,2 mil toneladas, o que representou encolhimento de 62,1% em relação a 2015. A segunda safra (inverno), por sua vez, estimada em de 85,7 mil toneladas, acumulou perdas de 54,8%.

O rendimento médio da lavoura cafeeira sofreu forte queda de 35,0% devido à ausência de chuvas nos períodos adequados à floração e desenvolvimento do fruto. Com isso, a produção, estimada em 135 mil toneladas, representou uma perda 35,6%.

Em relação a outras culturas importantes do estado, destaque-se a queda da produção de mandioca. A estimativa para o tubérculo ficou em torno de 1,9 milhão de toneladas, 10,9% inferior à safra anterior. A produção de cana de açúcar alcançou 5,6 milhões de toneladas, o que representa uma redução de 9,7%. A safra prevista de cacau foi de 116 mil toneladas, representando uma redução

de 24,2%. O rendimento de 215 kg/ha da lavoura cacaueteira foi cerca de 28,0% inferior à de 2015.

TABELA 2	ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO FÍSICA, ÁREAS PLANTADAS E COLHIDA E RENDIMENTOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS									Bahia - 2015/2016		
	Produção física (mil t)			Área Plantada (mil ha)			Área Colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha) ⁽³⁾		
	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽²⁾	Var. (%)	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽²⁾	Var. (%)	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽²⁾	Var. (%)	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽²⁾	Var. (%)
Mandioca	2.099	1.870	-10,9	195	227	16,4	190	170	-10,4	11.057	11.000	-0,5
Cana de açúcar	6.228	5.625	-9,7	105	121	15,4	105	111	6,0	59.477	50.676	-14,8
Cacau	153	116	-24,2	514	560	9,0	514	540	5,1	298	215	-27,9
Grãos	9.152	5.951	-35,0	3.440	3.107	-9,7	3.263	2.901	-11,1	2.805	2.052	-26,9
Algodão	1.197	795	-33,6	333	257	-22,7	333	257	-22,7	3.599	3.092	-14,1
Café	209	135	-35,6	167	175	4,8	164	162	-1,0	1.276	830	-35,0
Feijão	414	171	-58,8	565	361	-36,0	506	324	-36,0	819	528	-35,5
Milho	2.683	1.546	-42,4	814	697	-14,4	702	546	-22,2	3.824	2.833	-25,9
Soja	4.514	3.213	-28,8	1.440	1.527	6,0	1.440	1.527	6,0	3.134	2.104	-32,9
Sorgo	135	92	-32,3	121	90	-25,7	118	85	-28,3	1.142	1.079	-5,5
TOTAL	-	-	-	4.254	4.015	-5,6	4.071	3.722	-8,6	-	-	-

Fonte: IBGE - LSPA
Elaboração: CAC - SEI.

⁽¹⁾ PAM/IBGE safra 2015

⁽²⁾ LSPA/IBGE previsão de safra 2016 (out. 2016)

⁽³⁾ Rendimento = produção física/área colhida.

Atividade Industrial

O valor adicionado pela indústria caiu 5,9% no acumulado até o terceiro trimestre do ano. A Indústria de Transformação recuou 1,3% em termos de valor adicionado. Os dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE de 2016 apontaram que, no acumulado de janeiro a setembro, a produção desse setor contraiu-se 3,7% (Tabela 3). O resultado pode ser parcialmente explicado pela demanda retraída tanto interna como externamente. Portanto, quase todos os setores relevantes da indústria baiana registraram queda em 2016, reproduzindo o padrão nacional.

O fraco desempenho da Indústria de Transformação decorreu da contração na produção de Derivados do Petróleo e Biocombustíveis (-8,4%) pressionada, especialmente, pela menor produção de óleos combustíveis, óleo diesel e naftas para petroquímica. A queda no segmento de Veículos Automotores (-19,1%) é explicada pela menor produção de automóveis e de painéis para instrumentos dos veículos automotores. O segmento de Minerais não metálicos tiveram queda de 18,5% em razão da queda

na produção de massa de concreto preparada para construção, cimentos "Portland", argamassas e ladrilhos, placas e azulejos de cerâmica para pavimentação ou revestimento. O resultado de produtos de borracha e de material plástico (-4,4%) ficou pressionado pela menor produção de pneus novos de borracha para ônibus e caminhões, reservatórios, caixas d'água e artefatos semelhantes de plástico e filmes de material plástico para embalagem, segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.

Em sentido oposto, exerceram as contribuições positivas mais importantes sobre o total da indústria baiana, os ramos de metalurgia (9,2%) impulsionado pela maior fabricação de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre; de produtos químicos (3,7%), influenciado pela maior produção de amoníaco (amônia), ureia e policloreto de vinila (PVC) e produtos alimentícios (5,0%), em razão do aumento na produção de açúcar cristal, carnes de bovinos frescas ou refrigeradas, leite em pó e massas alimentícias secas.

TABELA 3	PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL	Bahia, Jan.-Set./2016
Classes e Gêneros		%
Indústria geral		-4,7
Indústrias extrativas		-20,1
Indústrias de transformação		-3,7
Produtos alimentícios		5
Bebidas		10
Couro, artigos para viagem e calçados		3,1
Celulose, papel e produtos de papel		-0,2
Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis		-8,4
Classes e Gêneros		%
Outros produtos químicos		3,7
Produtos de borracha e de material plástico		-4,4
Produtos de minerais não metálicos		-18,5
Metalurgia		9,2
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos		-15,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias		-19,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal da Indústria
Elaboração: CAC/SEI

O valor adicionado pela Indústria Extrativa declinou 16,3% no acumulado até o terceiro trimestre do ano e o setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública também contribuiu negativamente para o PIB, pois o valor adicionado pelo setor recuou 7,6% no acumulado até o terceiro trimestre do ano. O consumo de energia elétrica no estado reduziu 1,9% no acumulado de janeiro a setembro de 2016, com base nos dados da Coelba e da Chesf. Também a geração de energia reduziu 13,3%, mesmo com a expansão de 65,8% da geração de energia eólica no acumulado de janeiro a setembro de 2016, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Também a geração de energia reduziu 13,3%, mesmo com a expansão de 65,8% da geração de energia eólica no acumulado de janeiro a setembro de 2016, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS

O menor nível de atividade também foi observado na Construção Civil, cujo valor adicionado caiu 5,0% no acumulado até o terceiro trimestre. Nos últimos anos, o segmento vinha sendo beneficiado pela conjuntura favorável de expansão da renda e do crédito, aliada às políticas públicas de acesso a moradias, como Programa Minha Casa Minha Vida, e obras de infraestrutura financiadas com recursos subsidiados pelo Tesouro Nacional. Entretanto, com a retração do nível de atividade e a escassez de crédito, o setor entrou em ritmo de retração.

Comércio e Serviços

Na atividade comercial, o volume de negócios no varejo registrou, até setembro, uma queda de 12,9%, acompanhado por todos os ramos de atividade, de acordo com Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE (Tabela 4), fortemente prejudicado pela inflação, elevadas taxas de juros, crédito seletivo e redução da renda. Em termos de valor adicionado, observou-se uma queda de 7,9% no período em análise.

A análise por atividade indica que, em 2016, o setor mais comprometido no âmbito do Comércio varejista restrito foi o de Combustíveis e lubrificantes, seguido

TABELA 4	VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA	Bahia, Jan.- Set./2016 ⁽¹⁾
Atividade		%
Comércio Varejista		-12,9
1 – Combustíveis e lubrificantes		-17,9
2 – Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo		-9
2.1 – Hipermercados e supermercados		-5,1
3 – Tecidos, vestuário e calçados		-13,6
4 – Móveis e eletrodomésticos		-17,2
4.1 – Móveis		-13,2
4.2 – Eletrodomésticos		-19
5 – Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria		-7,7
6 – Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação		-0,4
7 – Livros, jornais, revistas e papelaria		-17,7
8 – Outros artigos de uso pessoal e doméstico		-15,1
Comércio Varejista ampliado²		-12,2
9 – Veículos, motos, partes e peças		-10,3
10 – Material de construção		-12,7

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio

Elaboração: CAC/SEI

Notas:

¹ Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior

² O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10

por Móveis e eletrodomésticos. No ampliado, que inclui o varejo e mais as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, identifica-se como a mais comprometida atividade referente às vendas de Material para construção.

No caso de Móveis e eletrodomésticos, a queda sistemática no ritmo de vendas é percebida desde dezembro de 2014 e Material de Construção desde julho de 2015. O comportamento desses segmentos encontra justificativa por serem mais sensíveis ao nível de confiança, já que exigem um planejamento mais estru-

A análise por atividade indica que, em 2016, o setor mais comprometido no âmbito do Comércio varejista restrito foi o de Combustíveis e Lubrificantes

turado. Assim, diante das incertezas, os consumidores preferem adiar a compra dos produtos comercializados por esses ramos, concentrando atenção nos produtos indispensáveis.

Os estabelecimentos comerciais como hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, segmentos de maior peso para o indicador de volume de vendas do Comércio Varejista também sentiu os efeitos da retração econômica. As taxas apresentadas foram negativas, consecutivamente, desde maio de 2015. Esse desempenho reflete a conjuntura adversa vivenciada pelo país, pois o segmento comercializa produtos de primeira necessidade.

O setor de Serviços registrou recuo de 2,4% no valor adicionado no acumulado até setembro. Considerando-se os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE (Tabela 5), houve queda de 9,2% no volume de serviços no acumulado até setembro. Tal resultado é atribuído à queda em todas as atividades do setor, em especial Transportes, Serviços auxiliares aos transportes e correio (-13,3%) e Serviços prestados às famílias (-6,8%).

TABELA 5	VOLUME DE SERVIÇOS	Bahia, Jan.- Set./2016
Atividades de Serviços		
Total		-9,2
Serviços prestados às famílias		-6,8
Serviços de informação e comunicação		-5,8
Serviços profissionais, administrativos e complementares		-6,5
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio		-13,3
Outros serviços		-12,2

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços
Elaboração: CAC/SEI

Comércio Exterior

O fraco desempenho da atividade econômica no estado, especialmente da agricultura e da indústria, conforme visto, também refletiu-se nas exportações estaduais. Até outubro, as vendas externas baianas registraram uma queda de 13,6% nas receitas e de 8,9% no volume embarcado.

Os produtos básicos, sobretudo as *commodities* agrícolas, são os principais responsáveis pela retração das exportações estaduais, registrando as maiores quedas no ano comparado a igual período de 2015. O agregado recuou 30,0%, enquanto que os produtos agropecuários caíram 23,8%. O desempenho foi influenciado pela seca, que reduziu a produção agrícola do estado, levando a uma queda de 22,3% das quantidades embarcadas no período.

TABELA 6	EXPORTAÇÕES BAIANAS POR PRINCIPAIS SEGMENTOS				Bahia, Jan./Out. - 2015/2016
	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var.	Part.	Var. % Preço médio
Segmentos	2015	2016	%	%	
Químicos e Petroquímicos	1.070.072	989.880	-7,49	17,14	-19,21
Papel e Celulose	1.185.150	960.227	-18,98	16,63	-17,31
Soja e Derivados	1.222.532	732.174	-40,11	12,68	-11,59
Metalúrgicos	725.373	722.021	-0,46	12,5	-25,94
Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var.	Part.	Var. % Preço médio
	2015	2016	%	%	
Petróleo e Derivados	475.407	380.648	-19,93	6,59	-24,26
Metais Preciosos	225.163	295.301	31,15	5,11	47,79
Cacau e Derivados	203.134	250.083	23,11	4,33	10,35
Algodão e Seus Subprodutos	253.388	222.122	-12,34	3,85	-4,83
Borracha e Suas Obras	168.448	173.750	3,15	3,01	-15,74
Frutas e Suas Preparações	114.873	108.083	-5,91	1,87	7,72
Minerais	139.095	100.826	-27,51	1,75	-29,67
Couros e Peles	105.297	81.323	-22,77	1,41	-41,26
Sisal e Derivados	98.347	75.199	-23,54	1,3	-14,6
Café e Especiarias	99.501	63.591	-36,09	1,1	4,66

Continua

Continuação

Calçados e Suas Partes	39.185	57.489	46,71	1	-7,12
Máquinas, Aparelhos e Materiais Mecânicos e Elétricos	46.614	38.179	-18,1	0,66	-15,27
Fumo e Derivados	23.628	22.582	-4,43	0,39	2,12
Carne e Miudezas de Aves	7.351	6.271	-14,68	0,11	11,48
Milho e Derivados	18.462	4.010	-78,28	0,07	-3,99
Demais Segmentos	111.581	106.610	-4,46	1,85	-20,52
Total	6.684.635	5.774.746	-13,61	100	-5,17

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 08/11/2016

Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

As vendas de produtos industrializados também caíram 6,7% no acumulado até outubro. Contribuíram para a perda de margem dos exportadores, comprometendo o desempenho do agregado, a valorização do real em 19,0% no ano, o recuo de 5,2% em média nos preços de exportação e a alta em torno dos 10,0% dos custos de produção. A exceção é o setor automotivo que apresentou crescimento de 9,2%. Além de intensificar os embarques a clientes tradicionais, como a Argentina, as vendas do setor se intensificaram para outros mercados da América Latina como Colômbia, Chile e Peru, permitindo escoar parte da produção não absorvida pela demanda doméstica. A estratégia contribuiu para que o setor registrasse raro desempenho positivo dentre os segmentos da pauta baiana.

A redução nos valores dos produtos de exportação do estado, em relação a 2015, foi outro fator que contribuiu para o desempenho negativo das vendas externas. No caso da soja, por exemplo, o preço foi em média 12,0% menor que o de um ano atrás. A celulose caiu 17,3%, os petroquímicos 19,2%, os derivados de petróleo 24,3% e os metalúrgicos 26,0% tiveram a maior depreciação dentre os principais produtos da pauta.

Todo esse cenário negativo foi potencializado pelo cenário externo que permanece com um crescimento ligeiramente em queda frágil e, certamente, não alimentado pelo comércio. As transações comerciais globais irão crescer apenas 1,7% em 2016, bem abaixo da projeção de 2,8% (estimativa, em meados do ano, da Organização Mundial do Comércio – OMC).

Trata-se da menor expansão do comércio e da produção mundial desde a crise financeira global de 2009.

As transações comerciais globais irão crescer apenas 1,7% em 2016, bem abaixo da projeção de 2,8%. (estimativa, em meados do ano, da Organização Mundial do Comércio - OMC)

A fragilidade do crescimento dos volumes do comércio internacional é, em grande medida, resultado da desaceleração econômica sincronizada vivida pelas economias avançadas e emergentes, como as da China e do Brasil.

O ímpeto rumo a uma maior integração e crescimento da economia mundial estacionou, e sob alguns aspectos assumiu trajetória oposta. A economia global continua presa à armadilha do baixo crescimento, com medíocres expectativas de expansão, deprimindo o comércio, os investimentos, a produtividade e os já fracos salários.

Nesse quadro, as importações baianas também registraram queda no acumulado do ano até outubro de aproximadamente 23,0%.

Nesse quadro, as importações baianas também registraram queda no acumulado do ano até outubro de aproximadamente 23,0%

A retração das importações foi liderada pelos bens intermediários que ficaram 22,5% menores em relação a igual período de 2015, refletindo a baixa taxa de crescimento da economia e a queda da demanda, evidenciada no PIB no período. Há uma queda da renda real e da atividade econômica, que vem pautando o ritmo das importações durante todo o ano.

O único fato positivo em relação ao desempenho das importações são as compras de bens de capital (máquinas e equipamentos) apresentando crescimento pelo sexto mês consecutivo, e indicando que a crise não arrefeceu investimentos privados no estado, principalmente na área de energia eólica e infraestrutura.

Embora com desempenho positivo nos últimos meses, a categoria ainda segue 10,1% inferior ao mesmo período de 2015 (Tabela 7).

TABELA 7		IMPORTAÇÕES BAIANAS POR CATEGORIAS DE USO			Bahia, Jan./Out. - 2015/2016
(Valores em US\$ 1.000 FOB)					
Discriminação	2015	2016	Var. %	Part. %	
Bens intermediários	2.747.636	2.128.209	-22,54	38,93	
Combustíveis e lubrificantes	2.365.272	1.858.246	-21,44	33,99	
Bens de capital	1.220.881	1.097.457	-10,11	20,08	
Bens de consumo duráveis	660.678	301.160	-54,42	5,51	
Discriminação	2015	2016	Var. %	Part. %	
Bens de consumo não duráveis	91.558	81.204	-11,31	1,49	
Total	7.086.025	5.466.276	-22,86	100	

Fonte: MDIC/SECEX

Dados coletados em 07/11/2016

Elaboração: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

Obs.: Importações efetivas, dados preliminares.

O quadro geral de dificuldades também atinge o mercado de trabalho baiano, com elevação do desemprego, eliminação de vínculos formais e redução dos rendimentos. Em 2016, observaram-se as três maiores taxas trimestrais de desocupação desde o início da pesquisa, conforme dados disponibilizados pela PNAD Contínua. A taxa do terceiro trimestre, estimada em 15,9% da população economicamente ativa (PEA), representa o maior patamar alcançado, 3,1 pontos percentuais acima da taxa do mesmo trimestre de 2015, quando ficou em 12,8%. O rendimento médio real, habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas, no terceiro trimestre do ano, foi estimado em R\$ 1.314,00 segundo menor registro da série, acima apenas ao observado no trimestre imediatamente anterior (R\$ 1.302,00).

O mercado de trabalho formal, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged (Tabela 8), no acumulado até novembro, apresentou um saldo negativo de 50.912 postos de trabalho, levando em conta a série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo. Enfatiza-se que os resultados do interior do estado e da RMS foram também negativos. O interior eliminou 9.055 postos, enquanto a RMS perdeu 41.857 posições de trabalho com carteira assinada.

TABELA 8	SALDO DE EMPREGO FORMAL POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	Bahia, Nov/2016
Atividades		Jan.- Nov. 2016 ¹
Extrativa mineral		-1.005
Indústria de transformação		-3.352
Serviços Industr de Utilidade Pública		-1.207
Construção Civil		-13.450
Comércio		-14.018
Serviços		-21.541
Administração Pública		516
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca		3.145
Total		-50.912

Fonte: MTb-Caged.

Dados sistematizados pela SEI/DIPEQ/COPES, 2016.

Notas: Dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

Seis setores contabilizaram saldos negativos: Serviços (-21.541 postos), Comércio (-14.018 postos), Construção Civil (-13.450 postos), Indústria de transformação (-3.352 postos), Serviços Indústria de Utilidade Pública (-1.207 postos) e Extrativa mineral (-1.005 postos). Dois setores apresentaram saldos acumulados positivos: Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca (3.145 postos) e Administração Pública (516 postos).

Dos 27 Territórios de Identidade, apenas nove registraram saldos positivos de emprego, entre janeiro e outubro de 2016, com destaque para: Sertão do São Francisco (3.865 postos), Médio Sudoeste da Bahia (846 postos) e Chapada Diamantina (650 postos). Em contrapartida, Metropolitano de Salvador (-41.857 postos), Portal do Sertão (-4.448 postos) e Litoral Sul (-1.910) foram os principais Territórios de Identidade a registrar redução de trabalhadores com carteira assinada.

Em síntese, em 2016, as variáveis exógenas, que fogem da alçada dos governos regionais, foram determinantes para os resultados econômicos registrados no Estado da Bahia. Os reflexos da orientação macroeconômica do governo federal reduziram a dinâmica do setor industrial, traduzida na desaceleração dos níveis de atividade verificada no país e, conseqüentemente, na Bahia.

INDICADORES SOCIAIS

As políticas sociais foram fundamentais para aliviar o impacto da crise sobre a população do estado. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2015, cuja cobertura abrange todo o território nacional, esta seção reúne algumas das principais características sobre a realidade social baiana. Os indicadores selecionados levam em conta aspectos demográficos, educação, ocupação, renda e condições de moradia. Os avanços sociais do estado não foram freados pela crise econômica. Os principais destaques observados para o Estado da Bahia, entre os anos de 2014 e 2015, foram: a redução da taxa de analfabetismo; o ensino quase universalizado de jovens de 6 a 14 anos, tanto na zona rural como na zona urbana; o maior número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família entre os estados brasileiros; o aumento no acesso à água canalizada na zona rural; e a cobertura de 99% dos domicílios baianos com energia elétrica, além do crescimento na posse de bens duráveis.

Importante comentar o cumprimento e até a superação, pela Bahia, das metas dos Objetivos do Milênio que, de certo modo, pode-se afirmar, não deixou o estado vulnerável aos efeitos da crise econômica.

A maioria dos indicadores, a ser comentado, constitui as Metas do Milênio em que o Estado da Bahia registrou importantes avanços sociais no período de análise contemplado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A agenda dos ODM está em consonância com o acordo assinado pelo Brasil e mais 190 países durante a Cúpula do Milênio, promovida pela ONU, em Nova Iorque, no ano 2000.

Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza do nível de 1990 é uma das metas do Milênio, e entre 1995 e 2015 houve redução de 70,4% da proporção da população vivendo sob condição de extrema pobreza na Bahia, ou seja, a meta foi superada com a retirada de cerca de 1,7 milhão de pessoas dessa condição.

Múltiplos fatores impulsionaram esta trajetória, a exemplo dos programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família – PBF, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC e programas de distribuição de alimentos, entre outros.

Em outra Meta do Milênio, a Bahia também apresentou resultados favoráveis pela redução de 94,1% na proporção da população de até 2 anos de idade que sofre de desnutrição, entre 1998 (ano de início da série) e 2015 estimulado, claramente, pelos programas de distribuição de renda capitaneados pela União.

A Meta 3 quer garantir que, até 2015, as crianças de todos os países, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino. A Bahia aproximou-se da universalização com a frequência de jovens entre 6 e 14 anos alcançando em 2015, o percentual de 90,3%.

A redução, até 2015, da mortalidade na infância a 2/3 do nível de 1990, Meta 4 dos ODM, foi cumprida pela Bahia ao registrar uma redução de 40,1% na taxa de mortalidade infantil entre 1996 (ano de início da série) e 2016.

Uma redução a 2/3 do nível do início da série implicaria alcançar uma taxa de 17,1 (redução de 33%) significando que a meta não só foi alcançada, mas ultrapassada. Contribuíram para esse número, entre outros, o fortalecimento da atenção básica, os programas de transferência de renda e suas condicionalidades, a exemplo da realização de sete ou mais consultas pré-natal para recebimento da Bolsa Família.

Em 2015, 70,4% da população possuíam acesso à rede coletora e fossa séptica para 29,4% em 1990. A Meta 10 estabeleceu a redução pela metade (ano base 1990), até 2015, da proporção da população sem acesso à água potável e ao esgotamento sanitário. No quesito esgotamento sanitário, a Bahia alcançou a meta estabelecida ao incluir cerca de 7,2 milhões de pessoas no sistema de esgotamento sanitário adequado.

No quesito acesso à água através de rede geral de distribuição, a Bahia superou a meta. Em 1990, 53,3% das pessoas residiam em domicílios particulares permanentes com rede geral de distribuição de água, enquanto em 2015 este percentual atingiu 85,0% da população, significando que cerca de 6,6 milhões de pessoas passaram a contar com o serviço no período.

População e educação

Verifica-se, entre 2014 e 2015, aumento da população idosa e redução da proporção dos jovens, seguindo a tendência de envelhecimento da população baia-

No quesito acesso à água através de rede geral de distribuição, a Bahia superou a meta. Em 1990, 53,3% das pessoas residiam em domicílios particulares permanentes com rede geral de distribuição de água, enquanto em 2015 este percentual atingiu 85,0% da população, significando que cerca de 6,6 milhões de pessoas passaram a contar com o serviço no período.

na. Em 2015, na Bahia, a população de jovens (0 a 14 anos) correspondia a 22,8% da população do estado, e a população de idosos (60 anos ou mais) representava 13,4%, enquanto em 2005 esses grupos etários representavam 29,0% e 9,2%, respectivamente. Em dez anos houve um aumento de quase 45,0% da população de idosos na Bahia e uma redução de 21,3% na população de jovens baianos.

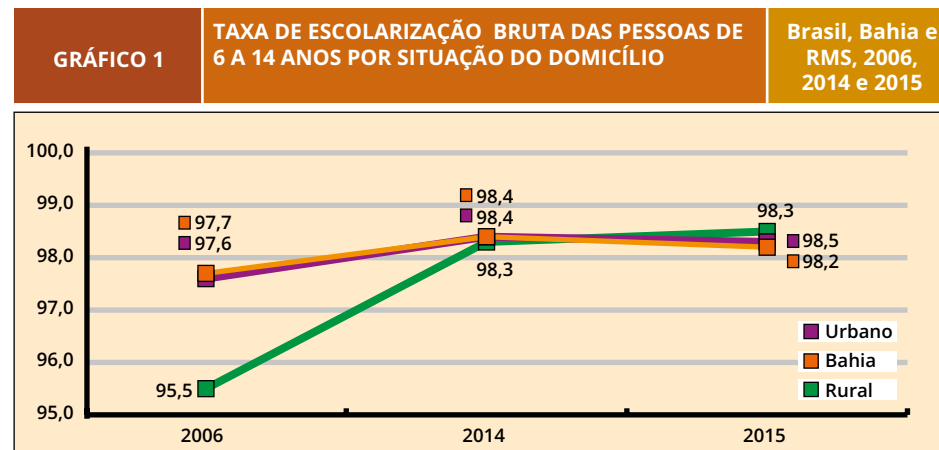
A taxa de analfabetismo para 15 anos ou mais foi da ordem de 13,5%, sendo que a da área urbana estava em 9,2% e a da área rural em 26,5% (Tabela 9). A taxa de analfabetismo, entre 2006 e 2015, na Bahia apresentou redução de 5,0 pontos percentuais.

A partir de 2003, ano em que se intensificaram as políticas sociais e de distribuição de renda no País e, em especial, na Região Nordeste, houve uma elevação do

TABELA 9	TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO 15 ANOS OU MAIS POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO			Nordeste, Bahia, 2006, 2014 e 2015
	Região / UF / Situação censitária	2006	2014	
Nordeste		20,7	16,6	16,2
Urbano		15,3	12,4	11,9
Rural		35,3	29,0	28,3
Bahia		18,5	14,7	13,5
Urbano		12,4	10,2	9,2
Rural		32,1	28,9	26,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 2006, 2014 e 2015
Elaboração: SEI/ DIPEQ/ COPESP. Dados sistematizados a partir dos Microdados reponderados com base nas Projeções Populacionais (revisão 2013).

acesso dos jovens entre 6 e 14 anos à escola, o que promoveu uma diminuição da diferença percentual entre a área urbana e rural nos anos seguintes. Assim, em 2015, o ensino se encontrava quase universalizado e sem diferenças significativas no acesso dos jovens de 6 a 14 anos à escola entre as zonas rural e urbana.



Fonte: IBGE - PNAD

Ocupação e renda

A taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 15 anos ou mais, na Bahia em 2015, foi de 10,9%, um aumento de 2,1 pontos percentuais em relação à taxa de 2014, que havia sido de 8,8% – seguindo, assim, a mesma trajetória das demais unidades da Federação, excetuando-se o Acre.

Os dados da PNAD mostraram que a taxa de desocupação na Bahia reduziu à medida que a idade avançou. Assim, em 2015, os grupos populacionais mais jovens exibiram as maiores taxas. A taxa de desocupação foi de 27,5% para aqueles de 15 a 17 anos de idade e de 20,8% para os que possuíam de 18 a 24 anos. Por outro lado, os grupos etários de 25 a 49 anos e de 50 anos ou mais apresentaram taxas de 9,8% e 3,2%, respectivamente. No que se refere à questão de gênero, a disparidade permaneceu significativa em 2015. Enquanto a taxa de desocupação para os homens foi de 8,1%, a taxa para as mulheres ficou em 14,4%. Levando em conta o número de anos de estudo, a taxa de desocupação mais elevada se deu entre os trabalhadores do grupo com oito a dez anos de estudo (16,4%).

A população de 15 anos ou mais de idade na Bahia, ocupada na semana de referência, totalizou 6.683 mil pessoas em 2015 – redução de, aproximadamente, 412 mil indivíduos em relação ao montante do ano anterior. Entre os ocupados, 57,6% eram homens e 42,4%, mulheres, sendo que 244 mil possuíam mais de um trabalho à época.

Assim, do conjunto de ocupados, 6.683 mil pessoas, ou seja, 34,6% encontravam-se formalizados e 52,7% não. Nesse contexto, havia 189 mil empregadores, o que correspondia a 2,8% dos ocupados. Por outro lado, aproximadamente 664 mil pessoas (ou 9,9%) ocuparam posições não remuneradas.

Não houve rotatividade no trabalho para 34,6% (2.310 mil pessoas) dos ocupados, pois o tempo de permanência no trabalho principal era de dez anos ou mais. A jornada de trabalho no trabalho principal foi majoritariamente a de 40 a 44 horas por semana, abarcando 44,5% dos ocupados (2.974 mil pessoas).

Entre 2014 e 2015, o Índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, variando de zero (perfeita igualdade) a um (desigualdade máxima), permaneceu numa trajetória decrescente, passando de 0,518 em 2014 para 0,498 em 2015 (Tabela 10). O referido índice para o Nordeste, região mais desigual do Brasil, ao recuar de 0,501 para 0,498 no período observado, também apontou redução da desigualdade na distribuição de renda. A Bahia reduziu a desigualdade em intensidade superior à média da região entre 2014 e 2015, redução de cerca de 3,9% contra um recuo de cerca de 0,5%, respectivamente.

TABELA 10		ÍNDICE DE GINI DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS E VARIAÇÃO PERCENTUAL		Nordeste e Bahia, 2014 e 2015
Região / UF	2014	2015	Variação (%) 2014 - 2015	
Nordeste	0,501	0,498	-0,48	
Bahia	0,518	0,498	-3,89	

Fonte: IBGE – PNAD.

A Bahia reduziu a desigualdade em intensidade superior à média da região entre 2014 e 2015, redução de cerca de 3,9% contra um recuo de cerca de 0,5%, respectivamente.

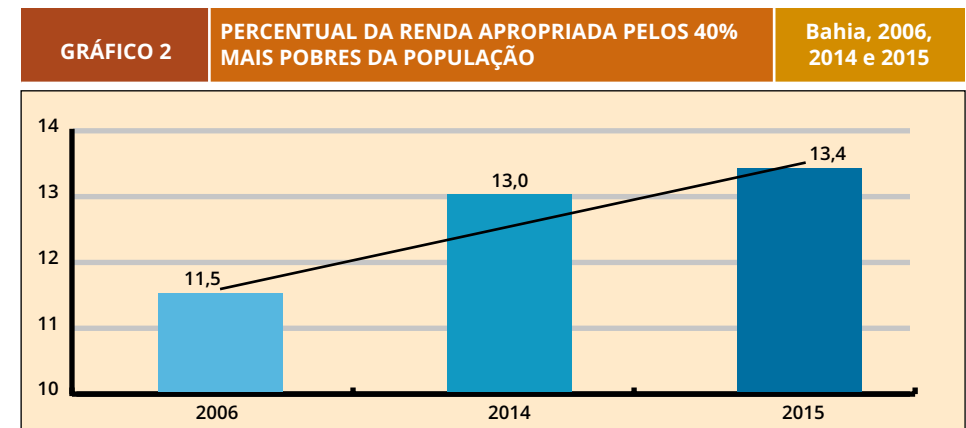
Corroborando os resultados vistos acima, que apontam uma redução na desigualdade da renda de todos os trabalhos, o Gráfico 2 abaixo apresenta avanço no percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres da população. Esse estrato populacional aumentou a apropriação da renda de todos os trabalhos entre 2014 e 2015, saindo de 13,0% para 13,4% no período (mantendo a trajetória ascendente – em 2006 era de 11,5%).

O rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, em 2015, na Bahia conforme Tabela 11, foi estimado em R\$ 1.232, valor 11,2% inferior ao de 2014 (R\$ 1.388).

TABELA 11		RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS		Nordeste e Bahia, 2006 - 2015
Região / UF	2014	2015	Variação (%) 2006-2015	
Nordeste	1.294	1.223	-5,5	
Bahia	1.388	1.232	-11,2	

Fonte: IBGE – PNAD. Cálculos da SEI.

Nota: Valores inflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC com base em setembro de 2015.



Fonte: IBGE - PNAD

O rendimento médio mensal de todos os trabalhos registrou redução real tanto para o grupo dos 10% de menor rendimento mensal de todos os trabalhos (1º decil) quanto para o grupo dos 10% com maiores rendimentos (10º decil).

Sob a ótica das políticas públicas de transferência de renda do governo federal, segundo informações do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, a Bahia é o estado brasileiro com maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) – 13,1% do existente no País em outubro de 2016. De 2010 a 2016 houve um aumento de 162.477 no total de famílias beneficiárias do PBF na Bahia, que passou de 1.662.069 para 1.824.546 famílias – um acréscimo equivalente a 9,8% no período (Tabela 12). Enquanto isso, Nordeste e Brasil apresentaram crescimento de 8,2% e 9,2% no número de famílias com benefícios do PBF, respectivamente.

Sob a ótica das políticas públicas de transferência de renda do governo federal, segundo informações do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS, a Bahia é o estado brasileiro com maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) – 13,1% do existente no País em outubro de 2016.

Do valor total repassado, de janeiro a outubro de 2016, através do PBF às famílias beneficiárias em todo o Brasil (R\$ 23,6 bilhões), aproximadamente R\$ 3,1 bilhões foram direcionados à Bahia – um quarto do total destinado à região Nordeste (R\$ 12,3 bilhões). No intervalo de 2010 a 2015 (em 2016 as informações vão até outubro), o repasse anual de recursos do PBF para a Bahia apresentou aumento real de 32,1% e nominal de 61,0%. Nesse intervalo, o ano de 2014 foi o que contou com o maior número de famílias beneficiárias (1.808.376) e, também, com o maior montante real repassado (R\$ 4.167,59).

No intervalo entre 2014 e 2015, houve aumento no contingente de pessoas em situação de pobreza extrema (4,9% para 6,4% da população). A extrema pobreza aumentou tanto no meio urbano como no rural. No entanto, quando analisado um período mais longo (2006 e 2015), verifica-se que, aproximadamente, 717 mil pessoas se afastaram da situação de extrema pobreza, uma redução de 42,4% no número de extremamente pobres: em 2006 havia 1,7 milhão de pessoas que se encontravam em condição de extrema pobreza, já em 2015 eram 974 mil nessa condição. Com relação à população total, a proporção de indivíduos extremamente pobres, no estado, passou de 11,8%, em 2006, para 6,4% em 2015.

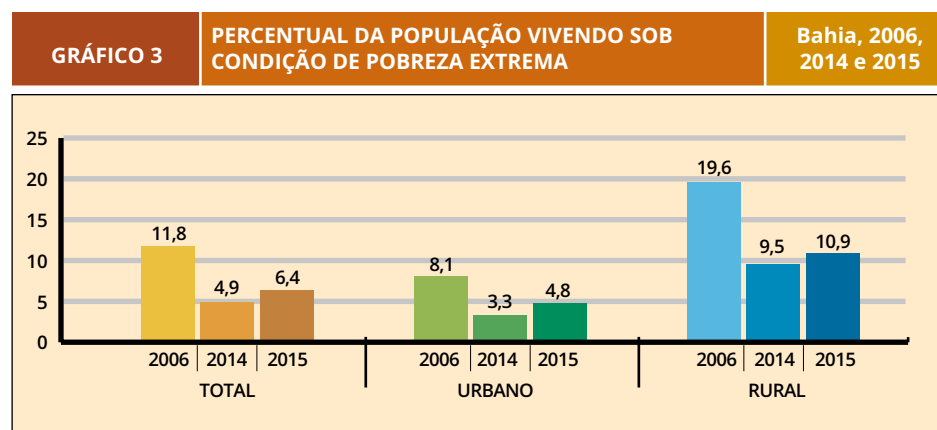
TABELA 12		NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E VALOR TOTAL REPASSADO PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (R\$ milhões)		Bahia, 2010 a 2016	
Ano	Famílias Beneficiárias	Repasse real (R\$ Milhões ¹)	Repasse nominal (R\$ Milhões ¹)		
2010	1.662.069	2.899	3.124		
2011	1.752.766	3.188	3.600		
2012	1.808.346	3.644	3.521		
2013	1.800.055	4.095	3.258		
2014	1.808.376	4.168	2.745		
2015	1.797.610	3.829	2.262		
2016 ²	1.824.546	3.124	1.939		

Fonte: Matriz de informações sociais/Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)

Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2016

¹ Os valores monetários estão expressos em R\$ de outubro de 2016 com base no INPC

² Dados até outubro de 2016



Fonte: IBGE - PNAD. Cálculos da SEI.

A diminuição da extrema pobreza ocorreu, de forma mais relevante, na zona rural do que na urbana, com reduções de 53,0% e 30,2%, respectivamente, de 2006 a 2015. Assim, apesar do aumento de 1,4 ponto percentual entre 2014 e 2015, reflexo da crise política e econômica nacional, saíram da condição de extrema pobreza nos últimos dez anos (2006 e 2015), aproximadamente, 482 mil pessoas no meio rural.

O percentual de extremamente pobres no total da população urbana passou de 3,3% para 4,8% entre 2014 e 2015. Já nos últimos dez anos passou de 8,1%, em

2006, para 4,8% em 2015 – representando a saída de, aproximadamente, 236 mil indivíduos da condição de extrema pobreza nesta área.

Assim, apesar do aumento de 1,4 ponto percentual entre 2014 e 2015, reflexo da crise política e econômica nacional, saíram da condição de extrema pobreza nos últimos dez anos (2006 e 2015), aproximadamente, 482 mil pessoas no meio rural

Condição dos domicílios

Em relação aos domicílios com rede coletora de esgoto, observou-se um crescimento de 1,2 ponto percentual, saindo de 52,4%, em 2014, para 53,6% em 2015, conforme ilustra a Tabela 13. O percentual de domicílios na Bahia, sem qualquer tipo de esgotamento sanitário, diminuiu entre 2014 e 2015, saindo de 4,0%, em 2014, para 3,7% em 2015. Nesse quesito, merece destaque a zona rural, cujo percentual correspondente saiu de 13,3%, em 2014, para 12,9% em 2015, uma queda de 0,4 ponto percentual, no período.

TABELA 13	PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO						Bahia, 2005, 2014 e 2015		
	Tipo de Esgotamento	2014			2015				
		TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL		
Rede coletora	52,4	67,5	4,1	53,6	70	4,4			
Fossa séptica	13,6	12,1	18,1	17,4	14,5	26,2			
Outro ¹	30,1	19,3	64,6	25,3	14,9	56,6			
Não Tinha	4,0	1,1	13,3	3,7	0,6	12,9			

Fonte: IBGE – PNAD. Cálculos da SEI. Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2016

Nota: ¹ A categoria Outros inclui: Fossa Rudimentar, Vala, Direto para o rio, lago ou mar e outra forma.

O percentual de domicílios com canalização interna aumentou de 91,0% para 91,4% entre 2014 e 2015, com destaque para a zona rural da Bahia, que aumentou de 67,6%, em 2014, para 71,0% em 2015 (Tabela 14).

TABELA 14	PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO						Bahia, 2005, 2014 e 2015		
	Formas de Abastecimento	2014			2015				
		TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL		
Com canalização Interna	91,0	98,3	67,6	91,4	98,2	71,0			
Com rede geral	82,8	95,5	42,1	83,5	96,5	44,6			
Sem rede geral	8,2	2,7	25,5	7,9	1,7	26,4			
Sem canalização Interna	9,0	1,7	32,4	8,6	1,8	29,0			
Com rede geral	1,6	0,7	4,7	1,6	0,5	4,8			
Sem rede geral	7,4	1,1	27,7	7,0	1,2	24,2			

Fonte: IBGE – PNAD. Cálculos da SEI.

No período, o acesso à energia elétrica nos domicílios manteve-se próximo à universalização, tendo a zona rural se aproximado do percentual da zona urbana (97,2% contra 99,9%, respectivamente) em 2015 (Tabela 15). Na área rural baiana, em 2014, 96,3% dos domicílios tinham acesso à energia elétrica e, em 2015, esse percentual foi ampliado para 97,2%, totalizando um crescimento de 0,9 ponto percentual. O aumento mostra que os programas de eletrificação rural avançaram no estado. Como um todo, o acesso à energia elétrica dos domicílios baianos passou de 99,0%, em 2014, para 99,3% em 2015.

TABELA 15	PERCENTUAL DE POR EXISTÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO						Bahia, 2014 e 2015		
	Situação do Domicílio	2014				2015			
		Tem		Não Tem		Tem		Não Tem	
Domic.		%	Domic.	%	Domic.	%	Domic.	%	
Total	4.924.418	99,0	49.129	1,0	4.973.569	99,3	36.838	0,7	
Urbano	3.781.886	99,9	4.898	0,1	3.756.414	99,9	2.352	0,1	
Rural	1.142.532	96,3	44.231	3,7	1.217.155	97,2	34.486	2,8	

Fonte: IBGE – PNAD. Cálculos da SEI.

Como um todo, o acesso à energia elétrica dos domicílios baianos passou de 99,0%, em 2014, para 99,3% em 2015.

A posse de geladeira, entre 2014 e 2015, registrou um acréscimo percentual (Tabela 16). Em 2014, 93,7% dos domicílios da Bahia contavam com geladeira, sendo que em 2015 esse percentual subiu para 94,7%. Em contrapartida, a posse de TV registrou uma redução, passando de 95,6%, em 2014, para 95,5% em 2015. Vale destacar que o meio rural da Bahia registrou um aumento do percentual de domicílios que possuem esses eletrodomésticos.

TABELA 16	PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR EXISTÊNCIA DE ALGUNS BENS DURÁVEIS, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO			Bahia, 2014 e 2015.		
	Béns Duráveis	2014			2015	
		TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA
Fogão	98,4	98,8	96,9	98,7	99,1	97,5
Televisão	95,6	97,7	88,8	95,5	97,4	89,9
Geladeira	93,7	96,5	84,9	94,7	97,3	86,6
Máquina de lavar roupa	25,7	32,3	4,7	28,2	35,3	7,1

Fonte: IBGE – PNAD. Cálculos da SEI.

Ocorreu ampliação do acesso a bens de consumo na zona rural do estado. Enquanto o percentual de domicílios com geladeira na zona rural para o período passou de 84,9%, em 2014, para 86,6% em 2015, o percentual de domicílios no meio rural baiano com TV saiu de 88,8% para 89,9%, entre 2014 e 2015.

Houve uma redução na proporção de domicílios particulares permanentes com microcomputadores (Tabela 17). Em 2015, o índice foi de 32,5% ante 35,9% em 2014. Em compensação, dos lares com microcomputador, aqueles com acesso à internet, em 2014, foram de 85,7%, ante 87,0%, em 2015.

Ocorreu ampliação do acesso a bens de consumo na zona rural do estado. Enquanto o percentual de domicílios com geladeira na zona rural para o período passou de 84,9%, em 2014, para 86,6% em 2015, o percentual de domicílios no meio rural baiano com TV saiu de 88,8% para 89,9%, entre 2014 e 2015

TABELA 17	PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR EXISTÊNCIA DE MICROCOMPUTADOR E TELEFONE		Bahia, 2014 e 2015.	
	Microcomputador e Telefone	2014	2015	
Tem Microcomputador	35,9	32,5		
Microcomputador com acesso à Internet	85,7	87,0		
Não tem Microcomputador	64,1	67,5		
Telefone fixo	20,5	18,8		
Telefone celular	87,9	86,9		

Fonte: IBGE – PNAD. Cálculos da SEI.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da conjuntura macroeconômica atual e as perspectivas futuras para a economia mundial, brasileira e baiana, a partir de estudos elaborados pela SEPLAN/Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, evidenciam que o atual cenário nacional de crise econômica, com queda na produção, nas vendas, na geração de empregos e inflação alta deve ser superado a partir de 2017, com uma retomada modesta do crescimento.

Tendo em vista a significativa retração da atividade agropecuária em 2016, a contribuição do setor para o crescimento no próximo ano deverá voltar a ser positiva. O retorno das chuvas, no período de plantação, de lavouras como soja, algodão, milho e feijão, em importantes regiões produtoras do estado, justifica as perspectivas favoráveis para a safra 2017. As primeiras estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB apontam para uma taxa de crescimento em torno de 45,0% da produção baiano de grãos na próxima temporada. A recuperação da pecuária, por sua vez, deverá ser mais lenta, haja vista a enorme perda de planteis durante a longa estiagem.

Na indústria, a perspectiva de fraca atividade ainda persiste, tendo como pano de fundo a retração da demanda interna, juros elevados, deterioração das condições do mercado de trabalho e restrições no mercado externo.

Esse cenário sinaliza para o desempenho de lenta recuperação, a despeito da baixa base de comparação. Destaca-se que mesmo uma taxa de câmbio mais

Na indústria, a perspectiva de fraca atividade ainda persiste, tendo como pano de fundo a retração da demanda interna, juros elevados, deterioração das condições do mercado de trabalho e restrições no mercado externo.

desvalorizada não deverá ser suficiente para reverter esse cenário, haja vista a situação dos principais parceiros comerciais da Bahia inspirar algumas preocupações, como medidas protecionistas que podem ser adotadas pelo governo americano.

O principal fator a compensar esse cenário está na atração de investimentos, que poderá influenciar o desempenho de setores importantes para a indústria baiana, a exemplo da indústria petroquímica que pretende mudar a matéria-prima básica de nafta para etano e o setor eólico que se encontra em franca expansão.

As perspectivas para o setor de serviços e comércio estão pautadas pela queda da inflação e da taxa de juros, flexibilização do crédito e geração de empregos. Os dois primeiros devem ser revertidos ainda no primeiro semestre de 2017, enquanto a geração de emprego deve ser retomada apenas no segundo semestre. Portanto, esses setores deverão apresentar taxas expressivas no segundo semestre. Nesse contexto, a taxa de crescimento da economia baiana tende a se aproximar da média nacional em 2017.

Espera-se assim que, em 2017, os fatores não econômicos sejam solucionados, possibilitando a retomada da confiança pelos agentes econômicos e que, ao mesmo tempo, os investimentos públicos, sobretudo em infraestrutura (portos, aeroportos, ferrovias e rodovias), possam alavancar o crescimento da economia baiana nos próximos anos.

Além desses, outros fatores poderão contribuir para essa retomada do crescimento quais sejam: a conclusão de reformas (fiscal, da previdência, renegociação da dívida dos estados); inflação próxima do centro da meta; taxas de juros mais baixas e dólar em patamar competitivo. Todos esses condicionantes deverão criar um ambiente favorável à retomada dos investimentos em infraestrutura, principalmente a partir do plano de concessões do governo federal.

O principal fator a compensar esse cenário está na atração de investimentos, que poderá influenciar o desempenho de setores importantes para a indústria baiana, a exemplo da indústria petroquímica que pretende mudar a matéria-prima básica de nafta para etano e o setor eólico que se encontra em franca expansão.
